



## Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do *Jornal Nacional*

### New paths of the brazilian environmental coverage: a study on *Jornal Nacional*

**Ilza Maria Tourinho Girardi<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Campus Saúde  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

[ilza.girardi@ufrgs.br](mailto:ilza.girardi@ufrgs.br)

**Eloisa Beling Loose<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Campus Saúde  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

[eloisa.beling@gmail.com](mailto:eloisa.beling@gmail.com)

**Débora Gallas Steigleder<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Campus Saúde  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

[deborasteigleder@gmail.com](mailto:deborasteigleder@gmail.com)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2054>

DOI : 10.25965/trahs.2054

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

Este artigo propõe reflexão teórica sobre as mudanças qualitativas observadas na cobertura jornalística sobre meio ambiente no Brasil, especialmente a partir do início do Governo Bolsonaro, e busca compreender suas razões e implicações. Para tanto, realiza um mapeamento no site do *Jornal Nacional (JN)*, principal telejornal brasileiro, desde janeiro de 2019, início da gestão de Jair Bolsonaro na Presidência da República, até junho de 2019, totalizando os primeiros seis meses de uma nova política que afronta a pauta ambiental. Por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), verifica-se a frequência das temáticas ambientais no *JN* e seus principais enfoques. Em seguida, discute-se o resultado da amostra frente a dados da pesquisa bibliográfica sobre jornalismo ambiental no Brasil e sobre a abordagem da questão ambiental no *JN*. Assim, tensionam aspectos positivos e negativos dos dados da

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação. Professora titular da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq

<sup>2</sup> Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

realidade com os aportes teóricos, buscando evidências da repercussão do contexto político nacional nas pautas ambientais no período.

Palavras-chave: cobertura jornalística no Brasil, *Jornal Nacional*, gestão Jair Bolsonaro jornalismo ambiental, meio Ambiente

Cet article propose une réflexion théorique sur les changements qualitatifs observées à partir de la couverture journalistique sur l'environnement au Brésil, surtout depuis le début du Gouvernement Bolsonaro, et veut en comprendre les raisons et implications. Pour autant, il réalise une enquête depuis le site du *Jornal Nacional (JN)*, principal journal télévisé brésilien, depuis janvier 2019, début de la gestion de Jair Bolsonaro à la Présidence de la République, jusqu'en juin 2019, soit les six premiers mois d'une nouvelle politique qui affronte l'agenda environnemental. Grâce à l'Analyse de Contenu (Bardin, 2011), la fréquence des thématiques environnementales dans le *JN* et ses principales approches sont vérifiées. Ensuite, le résultat de l'échantillon est discuté par rapport aux données de la recherche bibliographique sur le journalisme environnemental au Brésil et sur l'approche de la question environnementale au *JN*. Ainsi, les aspects positifs et négatifs des données de la réalité seront-ils exposés pour enrichir les contributions théoriques, tout en faisant état des témoignages se rapportant à la répercussion du contexte politique national quant aux thématiques environnementales dans la période citée.

Mots-clefs : couverture journalistique au Brésil, *Jornal Nacional*, gestion Jair Bolsonaro, journalisme Environnemental, environnement

Este artículo propone una reflexión teórica sobre los cambios cualitativos observados en la cobertura de noticias sobre el medio ambiente en Brasil, especialmente desde el comienzo del gobierno de Bolsonaro, y busca comprender sus razones e implicaciones. Para ello, realiza un mapeo en el sitio web de *Jornal Nacional (JN)*, el principal programa de noticias brasileño, desde enero de 2019, los inicios de la administración de Jair Bolsonaro en la Presidencia de la República, hasta junio de 2019, totalizando los primeros seis meses de una nueva política que afronta la agenda ambiental. A través del Análisis de Contenido (Bardin, 2011), se verifica la frecuencia de los temas ambientales en el *JN* y sus principales enfoques. Luego, el resultado de la muestra se discute a la luz de los datos de la investigación bibliográfica sobre periodismo ambiental en Brasil y sobre el enfoque del tema ambiental en Brasil en *JN*. Por lo tanto, enfatiza aspectos positivos y negativos de los datos de realidad con contribuciones teóricas, buscando evidencia de la repercusión del contexto político nacional en las pautas ambientales del período.

Palabras clave: cobertura periodística en Brasil, *Jornal Nacional*, gestión Jair Bolsonaro, periodismo ambiental, medio ambiente

This article proposes a theoretical reflection about qualitative changes observed at the journalistic coverage about the environment in Brazil, especially since the beginning of Bolsonaro's Government, and aims to comprehend its reasons and implications. For that, it performs a mapping process at the website of *Jornal Nacional (JN)*, which is the main Brazilian TV newscast, from January 2019, beginning of Jair Bolsonaro's term at the Presidency of the Republic, to June 2019, comprehending the first six months of a new policy that affronts the environmental schedule. Through the Content Analysis (Bardin, 2011), the frequency of environmental thematic on *JN* and its main approaches are verified. Then, it is discussed the sample results against data from the bibliographic research about environmental journalism in Brazil and about the approach of the environmental issue on *JN*. Therefore, it tensions positive and negative aspects from reality data

with theoretical contributions, looking for evidences of the repercussion of the national political context amongst the environmental schedule at the period.

Keywords: journalistic coverage in Brazil, *Jornal Nacional*, Jair Bolsonaro's management, environmental journalism, environment

## 1. Introdução

Desde 2008<sup>4</sup>, acompanhamos a cobertura ambiental brasileira de diferentes maneiras, analisando e propondo formas de qualificar e amplificar os temas ambientais dentro do campo jornalístico. Este estudo tem como objetivo verificar o possível aumento da visibilidade do tema ambiental na imprensa tradicional (uma hipótese das autoras a partir de suas percepções como receptoras de informação) e avançar no debate sobre a transversalidade da pauta, um aspecto que até então era mais prescritivo do que possível de identificar na realidade de produção dos meios de comunicação.

Para tanto, elegeu-se como objeto empírico de análise o *Jornal Nacional (JN)*, telejornal de horário nobre, em televisão aberta, que alcança um público vasto e heterogêneo. No Brasil, a televisão ainda é o meio de comunicação mais consumido (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2016), e o telejornal citado, presente na grade da Rede Globo desde 1969, é o de maior audiência, sendo referência para grande parcela da população (Kantar Ibope Media, 2019). Depois de discussão de literatura, apontando as questões já introduzidas aqui, realizamos uma Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), de natureza qualitativa, com a finalidade de mensurar a frequência das temáticas ambientais no *JN*, a duração dedicada às temáticas, os principais temas e a relação com o governo atual.

Por ser um telejornal diário, optou-se, neste momento, em decorrência do volume de notas, notícias e reportagens, em analisar os primeiros seis meses de 2019, que foram acessados pelo site do programa, que disponibiliza a edição na íntegra e em partes, com curtas chamadas para cada um deles. Todos os conteúdos relacionados com a pauta ambiental foram tabelados e depois categorizados, conforme se apresentará adiante.

O período de escolha é justificado por uma nova postura do governo federal em relação ao meio ambiente, que, desde a campanha, promete flexibilizar mecanismos de fiscalização e proteção, visando o crescimento econômico a partir da exploração de recursos naturais. O Climate Action Tracker<sup>5</sup>, consórcio composto por cientistas e ONGs de pesquisa para monitorar o progresso na direção da estabilização do clima global, afirma que o governo do presidente Bolsonaro está em desacordo com a necessidade urgente de ação climática no Brasil. A organização identificou que, em pouco mais de cem dias no governo, houve um distanciamento do cumprimento de suas metas no Acordo de Paris, com redução da participação da sociedade civil em conselhos na área ambiental, cortes no orçamento no Ministério do Meio Ambiente, dentre outras medidas que podem ser chamadas de retrocessos. A COP-25, conferência anual do clima que reúne chefes de Estado para alinhar ações de enfrentamento, que seria sediada no Brasil em 2019, foi cancelada por Bolsonaro, que além de não agir ainda amplifica a voz de negacionistas quando os coloca em posições de destaque no governo, como é o caso do ministro das Relações Exteriores, o diplomata Ernesto Araújo.

Além de ignorar a emergência climática, outros aspectos das políticas públicas ambientais seguem sendo alvo. A promessa de campanha era acabar com o Ministério

---

4 Esse foi o ano que foi institucionalizado o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), mas sua coordenadora, a professora Dr<sup>a</sup>. Ilza Girardi, já atuava na área desde o fim dos anos 1980. O Grupo desenvolve pesquisas sistemáticas sobre essa interface desde então e é reconhecido nacional e internacionalmente pelo pioneirismo, regularidade e consistência com a qual trabalha com jornalismo e meio ambiente.

5 Recuperado de: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>.

do Meio Ambiente (MMA) - ou inseri-lo dentro do Ministério da Agricultura -, mas pressões até mesmo de ruralistas, que teriam seus negócios prejudicados, fez com que o presidente mantivesse o MMA. A questão é que não basta existir uma instância que represente as questões ambientais se quem o comanda está contra os seus próprios interesses, sendo denominado como antiministro. Brum (2019: 257, *grifo da autora*) aponta que Ricardo Salles, ruralista condenado em primeira instância por improbidade administrativa, é o “[...] primeiro ministro *contra* o meio ambiente”, que, rapidamente, começou o desmonte de proteção ambiental que foi construído ao longo de décadas por diferentes governos.

Tal movimento (de voltar-se contra a área que deveria defender dentro do governo) acarretou uma série de ameaças e perseguições a técnicos de carreira atuantes nas instâncias que serviam à proteção ambiental<sup>6</sup> e até ativistas (que passaram a ser acusados de causar danos ambientais<sup>7</sup>). Além disso, a demarcação de terras indígenas e outras pautas associadas aos povos tradicionais estão sendo reiteradamente atacadas em nome de um progresso que virá com a extração mineral, a expansão do agronegócio sobre a Amazônia e outras formas exploradoras para atingir lucro em curto prazo. Brum (2019) destaca em seu livro que tais práticas não são invenção do novo governo, estando presentes desde o período de colonização portuguesa. Aliás, Cardoso e Reis (2019: 146), ao analisar a conjuntura econômica brasileira recente, reforçam esse olhar para a continuidade de um colonialismo e suas consequências para o ambiente, que estariam na contramão do desenvolvimento:

De maneira marcadamente subalterna e colonizada, o Brasil ratifica relações assimétricas de comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, chegando a divergir do seu atual parceiro comercial principal - a China -, em troca de relações diplomáticas com os EUA desfavoráveis para o Brasil. [...] além de nos tornarmos comercialmente cada vez mais enfraquecidos, tendo em vista as características de nossas pautas importadora e exportadora, estamos apostando as fichas em poucos parceiros comerciais, aumentando ainda mais a fragilidade já identificada e, com isso, os riscos. É um quase novo colonialismo, em prejuízo da sociedade e do meio ambiente brasileiro.

Ao tratar sobre a força do poder político dos ruralistas no contexto recente, fundamental para a saída de Dilma Rousseff e, depois, eleição de Jair Bolsonaro, Castilho (2018) sublinha que vivemos no Brasil um novo tipo de colonialismo, que é interno, e invisibiliza indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais para que, assim, a exploração sobre a natureza seja construída socialmente como algo “natural” para o desenvolvimento do país. “Como o momento geopolítico não prevê a expansão por fronteiras administrativas, um dos mecanismos possíveis é a expansão pelas fronteiras agropecuárias, em um processo interno de

---

6 Um exemplo é o caso de exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em razão da divulgação de dados que apontam o aumento do desmatamento. Recuperado de: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/07/exoneracao-de-diretor-do-inpe-e-publicada-no-diario-oficial.ghtml>

7 Dentre os casos, destacamos a acusação de Salles ao Greenpeace pelo derramamento de óleo. Recuperado de : <https://veja.abril.com.br/politica/salles-insinua-que-greenpeace-e-responsavel-por-oleo-no-nordeste/> e dos brigadistas de Alter do Chão que teriam sido autores de queimadas. Recuperado de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/brigadistas-sao-presos-suspeitos-de-incendios-em-alter-do-chao>.

neocolonialismo” (*Ibidem*, pág.704), afirma o autor. Esse processo está afinado com as novas políticas do governo, que percebem a conservação do meio ambiente como um empecilho ao crescimento econômico, que beneficia, sobretudo, uma elite.

Há uma série de mudanças políticas (em todos os setores) que impactam diretamente a pauta ambiental e devem ter promovido uma intensificação de cobertura em diferentes veículos, mas ressaltamos que acreditamos que um conjunto de fatores foi motor de uma mais visibilização do meio ambiente. Para prosseguir a discussão, é importante retomarmos os registros e apontamentos sobre o tema nas últimas décadas.

## 2. Cobertura ambiental no Brasil

Assim como em outros países, a cobertura de temas ambientais iniciou com o surgimento dos movimentos ambientalistas. A visibilização da pauta ambiental, nos primórdios, se deu pelo interesse pessoal de jornalistas com o tema e também por outros atores sociais, que usavam os espaços midiáticos para expor suas preocupações em relação à deterioração da natureza. Fonte *et al.* (2018), por exemplo, citam a atuação de Luís Henrique Roessler, ambientalista fundador, em 1955, da União Protetora da Natureza e que participou da publicização da pauta ambiental por meio de crônicas semanais publicadas no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

Do ponto de vista da formação jornalística, Belmonte (2017) aponta que o jornalismo ambiental nasce atrelado ao jornalismo científico. A partir de Sodré (1988), Belmonte pontua que já nas revistas ilustradas dos anos 1960, natureza, paisagem e aventura eram temas recorrentes, mas a problematização das questões ambientais só passou a receber mais espaço na imprensa brasileira com o fortalecimento do movimento ambientalista, na década de 1970. É a partir de então que os cientistas passam a ser mais consultados para explicar os fenômenos ambientais e propor saídas para os problemas diagnosticados.

Os estudos acadêmicos na área começam a ser identificados nos anos 1980, mas de forma esparsa – e ainda hoje são incluídos na formação de jornalistas de forma optativa<sup>8</sup>. Barros (2008) afirma que, impulsionados pela cobertura da Rio-92, o tema torna-se objeto de mais atenção por parte dos pesquisadores – o mesmo que acontece quando há picos de atenção midiática sobre o assunto, a exemplo da assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e da divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007).

Contudo, apesar desses momentos de grande interesse, é comum que a pauta ambiental se fragmente e deixe de ser notícia com frequência. Downs (1972) apresenta um ciclo de atenção das temáticas (*issue-attention-cycle*), que é observado na formação de políticas públicas sobre o meio ambiente, mas que pode ser identificado também na cobertura jornalística, composto por cinco estágios: 1) pré-problema (quando o problema existe, mas não se tornou alvo de atenção pública); 2) descoberta alarmada e entusiasmo eufórico (quando de repente o público toma conhecimento do problema); 3) percepção do custo (quando há compreensão de que mudanças e investimentos são necessários para resolver o problema); 4) gradual declínio do interesse pelo tema (quando prevalece a percepção das dificuldades em

---

<sup>8</sup> Girardi, Loose e Camana (2015) apontam que a institucionalização das pesquisas é recente, sendo mais representativa a partir de meados dos anos 2000, que coincide com o período de “[...] intensificação do debate público mundial sobre a chamada ‘crise ecológica’ contemporânea” (Aguiar, 2013).

resolver a questão); e 5) pós-problema (quando o assunto entra em uma espécie de limbo). Assim, é possível associar o interesse da imprensa à própria disposição social de reconhecer e se envolver com as soluções para cada problema.

Em estudo sobre a informação ambiental veiculada pelas revistas semanais de circulação nacional *Isto É*, *Manchete* e *Veja*, Targino (1994: 57) verifica que, em quase sua totalidade, as matérias omitem “[...] o processo de deterioração ecológica e a ineficiência na gestão dos recursos naturais, mesmo com a responsabilidade da mídia”. Além disso, a pesquisadora aponta que predominam a perspectiva sensacionalista nos conteúdos ambientais, sublinhando curiosidades e fatos inesperados, exprimindo que essa não é uma prioridade nacional. Dos 39 fascículos analisados por Targino (1994), apenas 17 (43,59 %) veiculam algo sobre informação ambiental. Os temas mais veiculados durante sua análise foram: ecoturismo (29,42%); cosmo (23,53%) e Amazônia (17,65%). Esse estudo, da década de 1990, sinaliza para a pouca atenção às questões políticas e sociais atreladas ao meio ambiente, assim como sua escassez em veículos não especializados.

As questões políticas, econômicas, culturais e sociais demoram mais a entrar no escopo do jornalismo ambiental – e ainda hoje, em alguns casos, são invisibilizadas por interesses ou mesmo falta de compreensão de que o ambiente não está à parte da sociedade. John ressalta que, aos poucos, a

[...] adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas ‘ecologicamente corretas’, muda completamente a relação desta imprensa especializada com o poder e com o público. (2001: 92)

Mesmo assim, acompanhando a trajetória dos anos seguintes sobre a cobertura do tema, veremos que espaços especializados em meio ambiente são poucos e, cada vez mais, vistos como onerosos pelos proprietários dos veículos que vivem uma crise no modelo de negócio que sustentava a produção jornalística. Se houve um tempo de maturação para a compreensão de que o meio ambiente é assunto de interesse público porque afeta a todos, em diferentes níveis setoriais, desde a saúde das pessoas até a manutenção de práticas culturais associadas à natureza, não houve tempo para que tais espaços dentro dos produtos jornalísticos se consolidassem. Ainda hoje, é difícil encontrar profissionais que consigam viver apenas da cobertura ambiental na imprensa.

### 3. Pressupostos de uma cobertura qualificada a partir do jornalismo ambiental

Embora se entenda que o jornalismo ambiental possa ter surgido de uma derivação do jornalismo científico, seu desenvolvimento acaba por extrapolá-lo. Bacchetta (2000) afirma que o ambiental supera o científico por não incorporar concepções filosóficas e éticas atreladas à ciência moderna. Mais do que divulgar as descobertas científicas associadas ao meio ambiente, o jornalismo ambiental se propõe a unir peças (que foram recortadas para melhor entendê-las, segundo a abordagem cartesiana). Girardi *et al.* (2012: 139) destacam esse esforço de tecer relações que permitam subsidiar as decisões dos cidadãos: “De uma oferta de informação ambiental desconexa, a sociedade precisa ser confrontada com a abordagem sobre os fatores que, interligados, dão origem aos graves problemas socioambientais na construção da cidadania ambiental”.

Se o jornalismo ambiental possui como meta conectar acontecimentos e fatos apresentados, geralmente, de forma isolada, como defender um espaço específico para sua produção? O debate associado à defesa de espaços especializados ou à transversalização da perspectiva ambiental por todas as editorias é antigo, mas importante de ser retomado. Girardi *et al.* (2012:141) colocam que “é desafiante pensar o meio ambiente para além de uma editoria especializada no tema”, apesar de se saber que o espaço reservado a um tema garante que ele apareça tenha visibilidade sistemática. Se o meio ambiente não tem espaço fixo nem profissionais dedicados ao assunto, quem se preocupará em mantê-lo na agenda?

Tal preocupação extravasa o contexto brasileiro. Hannigan (1995) atesta que a ideia que emerge do ambientalismo de que tudo está conectado continua sendo negada pelo jornalismo. Para organizar a rotina de relatar o previsível e o imprevisível, a definição daquilo que é (ou foi) mais relevante no dia em editorias ou temas permite uma melhor operacionalização dos conteúdos. O problema, a nosso ver, é que ao fragmentar as pautas nesses espaços, muitas ligações são ocultadas ou negligenciadas. O olhar do jornalismo ambiental permitiria uma compreensão mais acertada do todo que nos cerca.

Desta forma, o jornalismo ambiental se constitui não enquanto editoria ou especialização profissional, mas, mais do que isto, enquanto perspectiva que orienta a reflexão e a prática profissional no campo jornalístico. Desta forma, de acordo com Bueno (2007), entendemos que o jornalismo ambiental se destina a uma multiplicidade de públicos, tendo em vista o caráter transversal e sistêmico das pautas ambientais. Da mesma forma, tais pautas possibilitam ampla variedade de fontes consultadas, uma vez que o jornalismo ambiental se posiciona em favor da qualidade de vida planetária, através do compromisso de apresentar os problemas ambientais, suas causas, consequências e soluções possíveis, conforme destaca Belmonte (2017). Segundo Belmonte, Steigleder e Motter, em acréscimo, é necessário que o jornalismo ambiental comprometa-se com a parcela da humanidade que mais sofre com o caráter insustentável do atual sistema:

A problematização dos limites da natureza procura a polissemia dando voz a diferentes pontos de vista, não apenas o dos incluídos na orgia capitalista, mas também o dos excluídos pelo sistema que valoriza a busca individual da maximização do ganho[...]. (2014:12)

O Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPQ/UFRGS) vem ao longo de mais de uma década investigando maneiras de melhor entender para, então, disseminar o cuidado ambiental no campo jornalístico. Além de uma frequência adequada, que supere o ciclo de atenção proposto por Downs (1974), o jornalismo ambiental precisaria, para dar conta de suas funções informativa, política e pedagógica (Bueno, 2007), ser entendido como uma lente, uma maneira de ver o mundo, que evidencie a racionalidade ambiental em todos os itens previstos para cada caixinha necessária para pôr ordem na rotina dos jornalistas. Nesse sentido, acredita-se que o “[...] ambiental, em sua transversalidade, “contamine” [...] as demais editorias” (Girardi *et al.*, 2012: 149).

#### 4. Meio ambiente no *Jornal Nacional*

Antes de adentrarmos na análise realizada no telejornal de maior audiência do Brasil, registramos estudos já realizados no mesmo veículo sobre a temática. Embora o *JN* tenha muitos anos de edições diárias (desde 1969), não há registro de frequência longa de exibição de conteúdos ambientais, seja porque não possui uma editoria ou



quadro fixo para o tema, seja porque se propõe a ser um veículo de *hard news* (e meio ambiente, por muito tempo, foi considerado *soft news*), havendo espaço apenas para tragédias, denúncias e eventos políticos.

Esta constatação foi feita após – a busca por trabalhos em língua portuguesa – artigos publicados em periódicos, teses e dissertações – através das palavras-chave “Jornal Nacional” + “meio ambiente” nas seguintes bases de dados de acesso livre: Periódicos Capes<sup>9</sup>, Google Acadêmico<sup>10</sup>, SciELO<sup>11</sup> e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>12</sup>. Optamos por estabelecer interlocução apenas com produções que analisassem o conteúdo sobre meio ambiente exibido no *JN*. Desta forma, selecionamos os trabalhos de Teixeira (2014), Carvalho (2014) e Brandi (2018) - todos dissertações de mestrado – e um resumo de projeto de pesquisa, de Canuto, Fernandes e Faria (2018)<sup>13</sup>.

Nossa proposta metodológica parte da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), a partir da qual realizamos um reagrupamento de elementos de um contexto específico – no caso, as edições de *JN* exibidas entre janeiro e junho de 2019 – de acordo com a temática pertinente à pesquisa – a frequência e o enfoque das matérias sobre meio ambiente na programação.

O tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas. (Bardin, 2011: 135)

Uma análise temática, nesses termos, está sujeita à atividade interpretativa do pesquisador, pois permite o recorte do material disponível de acordo com os objetivos da pesquisa. Neste artigo, valemo-nos da organização do corpus de mais de 400 ocorrências de temas ambientais ao longo de 130 edições de *JN* correspondentes aos seis primeiros meses da gestão de Jair Bolsonaro na Presidência da República.

Teixeira (2014) realizou análise da cobertura do Código Florestal no *JN* de março de 2012 a maio de 2013, observando que o tema não teve matéria em 2013, nem mesmo

---

9 Acervo de publicações científicas nacionais e internacionais mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão pertencente ao Ministério da Educação brasileiro. Recuperado de: <http://www.periodicos.capes.gov.br>.

10 Repositório de trabalhos científicos mantido pela empresa de tecnologia Google. Recuperado de: <https://scholar.google.com.br>.

11 *Scientific Electronic Library Online*, repositório desenvolvido no Brasil pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com apoio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Recuperado de: <http://www.scielo.br/>.

12 Sistema coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Recuperado de: <http://bdt.d.ibict.br>.

13 Localizamos mais dois trabalhos que foram desconsiderados da análise neste artigo por terem sido produzidos no âmbito de programas de pós-graduação não vinculados à área da Comunicação: Lesting, R. (2008). *A visão da ecologia no Jornal Nacional*. Piracicaba: Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; e Alves, A. P. Z. (2011). *O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise crítica do discurso das notícias sobre as mudanças climáticas*. Piracicaba: Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

quando completou um ano de vigência. Na análise realizada, a autora aponta que a abordagem política, focada na disputa entre parlamentares ruralistas e ambientalistas em torno da redação do novo texto e do processo de votação, foi privilegiada em relação às consequências ambientais derivadas da mudança. Outro resultado trazido foi o pouco espaço dado ao tema em estudo: 0,22% das edições de 2012 trataram do Código Florestal.

Logo, fica claro que o interesse do Jornal Nacional não é incorporar na sua pauta o tema ambiental, a não ser em eventos de repercussão nacional e internacional, como a Rio+20, ou catástrofes de grande proporção, com muita destruição e morte. (Teixeira, 2014: 118)

Já Canuto, Fernandes e Faria (2018) fizeram um estudo nos anos de 2008 e 2009 a fim de mapear a mobilização criada em torno do dia do meio ambiente, 5 de junho. Segundo os autores, as matérias apresentaram “limitada contextualização dos fatos que giram em torno da temática” (*Ibidem*, 2008:59) e não levam o público a pensar sobre o modo como são responsáveis e afetados pelas questões ambientais, mostrando apenas soluções paliativas.

Brandi (2018) realizou estudo focado em meio ambiente e analisou as edições do *JN* entre 1º de novembro de 2016 e 31 de outubro de 2017. Na sua análise verificou ficou a preferência do telejornal pelo relato de fatos atuais ou o acompanhamento desses, algo esperado pelo formato do programa. Em razão disso, os microtemas “Ocorrências Naturais” e “Ocorrências Provocadas”, ligados a desastres, tragédias ou catástrofes, foram os mais recorrentes. Também identificou que

[...] estão ausentes do produto jornalístico notícias sobre projetos, políticas e convênios de planejamento urbano, sobre causas e consequências do crescimento dos municípios ou com ênfase à redução de impactos ambientais nas cidades. Essa é nítida prova da fragilidade preventiva ou contextual das pautas sobre meio ambiente e, aparentemente, do noticiário geral (Brandi, 2018:182).

Carvalho (2018) realiza uma análise da narrativa jornalística sobre o rompimento da barragem de rejeitos de mineração pertencente à empresa Samarco – controlada pelas multinacionais Vale e BHP – no município de Mariana (Minas Gerais), em 2015. Além de causar 19 mortes diretas, a avalanche de resíduos tóxicos contaminou o curso e a bacia do Rio Doce até a foz. Segundo o autor, *JN* limitou-se a descrever os efeitos do desastre, destacando as vítimas como personagens principais. Por um lado, esse enquadramento possibilitou ao público entender o acontecimento para além dos números. Por outro, a narrativa centrou-se no drama humano, e o papel de vilã coube à onda de rejeitos em um primeiro momento; no decorrer da cobertura, este papel passou a ser ofertado à empresa.

Embora previsto, o caso Samarco é inquestionavelmente noticiável. Encará-lo na perspectiva de tragédia (não) anunciada – ou seja, antecipada por laudos técnicos que, antes da irrupção do desastre, nunca foram noticiados – representa o principal desafio desta pesquisa. Ao tratar de um complexo desastre socioambiental estritamente sob a ótica de seus efeitos, que tipo de cobertura o Jornalismo desenvolve? Como este age diante de uma tragédia com inédita magnitude? (Carvalho, 2018:103)

Esses estudos recentes reforçam a percepção das autoras de que o *JN* não dava muito espaço ao meio ambiente na sua história e, pela sua lógica de *hard news*, tem privilegiado acontecimentos factuais, sem a contextualização necessária para que o tema central seja conectado às suas causas e consequência de médio e longo prazos. A hipótese que temos, contudo, aponta para outra direção: de que agora o meio ambiente está frequentemente nas notícias dos brasileiros e, muitas vezes, tratado de forma transversal.

#### 4.1 Avanços na abordagem sobre a crise climática, desafio de incorporar visão sistêmica para além da catástrofe evidente

A urgência da discussão ambiental é inegável aos mais diversos atores globais. A edição 2020 do Relatório de Riscos Globais (World Economic Forum, 2020) destaca os dez riscos mais prováveis de serem enfrentados em escala mundial diante do atual cenário geopolítico e econômico. Os cinco primeiros do *ranking* são todos ambientais: fenômenos climáticos extremos; fracasso da ação climática; desastres naturais; perda de biodiversidade; e desastres ambientais provocados por humanos. O diagnóstico também aponta a relação destas ocorrências com riscos de ordem política, econômica e social, tais como as crises no abastecimento de água e de comida, a contaminação por doenças infecciosas, as migrações forçadas e o fracasso do planejamento urbano.

De forma complementar, a constatação da emergência climática repercute no posicionamento dos próprios veículos midiáticos. Importante lembrar, por exemplo, que o jornal britânico *The Guardian* anunciou, em 2019, a adequação de sua linguagem para se referir às mudanças climáticas. O manual de redação da publicação recomenda a utilização de termos como “caos climático” a fim de destacar o potencial catastrófico de suas consequências para a humanidade (Carrington, 2019).

Cientes desta atualização em escala global na percepção sobre a crise ambiental, notamos que *JN* já incorpora reflexões sobre suas causas e efeitos às pautas cotidianas, conectando fenômenos que em outros tempos eram lidos como tragédias isoladas a um contexto de transformação sistêmica do planeta. Um exemplo desta abordagem pode ser observado no vídeo *Temporais fazem parte de uma nova realidade, diz climatologista*, exibido em nove de abril de 2019. Após atualizar os telespectadores ao longo da edição sobre mortos, feridos e prejuízos materiais ocorridos por consequência de temporal na cidade do Rio de Janeiro na noite anterior, o telejornal exibe reportagem que explica, através de fontes do campo científico, o aumento da frequência e da intensidade de tempestades em grandes metrópoles. O quadro seguinte, a previsão do tempo para o dia seguinte em todo o País, incorpora a pauta trazida na reportagem e explica as condições atmosféricas que deram origem às instabilidades, conectando tais ocorrências a eventos extremos – como ondas de calor, incêndios, enchentes e secas – reportados em todo o mundo ao longo de 2018. Importante notar que a reportagem em questão é assinada pelo jornalista André Trigueiro, cuja trajetória cobrindo e pesquisando sobre meio ambiente culminou na criação, em 2006, do programa *Cidades e Soluções*, exibido semanalmente no canal por assinatura GloboNews, do qual é apresentador e editor-chefe.

Assim, inferimos que pode ter havido avanço na abordagem de *JN* sobre meio ambiente em relação à negligência do noticiário na abordagem de temas como as mudanças climáticas e planejamento urbano, conforme constatações do estudo de

Brandi (2018). Porém, ressaltamos o fato de a pauta ser agendada em *JN* possivelmente por conta do contexto de tragédia humana. Mesmo que a necessidade de intensificar a produção de pautas ambientais há muito já fosse assinalada nos estudos de jornalismo diante dos riscos à viabilidade da vida no planeta – como em Bacchetta (2000), Bueno (2007) e Girardi *et al.* (2012), conforme discutido no capítulo anterior – as evidências precisaram ser catastróficas para o assunto se enquadrar nos critérios de noticiabilidade vigentes. Estes são referentes, sobretudo, ao número de vítimas e à proximidade de ocorrência – sendo ainda mais impactante na medida em que eventos extremos e seus impactos sobre a população são verificados em várias regiões ao mesmo tempo.

Um exemplo deste *modus operandi* são as reportagens exibidas no mês de fevereiro sobre o projeto do Governo Federal para construção de uma linha de transmissão de energia elétrica em Roraima, o Linhão de Tucuruí, a fim de que o estado deixe de depender da energia elétrica recebida da Venezuela frente ao contexto de crise política e econômica no país vizinho. Entretanto, somente na edição de 1º de março *JN* traz contraponto ao projeto. Em nota pelada, os apresentadores repercutem nota da comunidade indígena Waimiri Atroari, a qual defende o direito de consulta prévia sobre o projeto determinado pela Convenção da Organização Internacional do Trabalho e a conclusão dos estudos socioambientais do empreendimento, já que o Linhão atravessará a Terra Indígena em que vivem. Foi preciso, portanto, que importantes atores ligados à pauta em questão se apresentassem ao campo jornalístico como fontes potenciais para o entendimento sistêmico do caso, já que na cobertura anterior foram desconsiderados frente às fontes oficiais, e sua invisibilização trouxe prejuízos na construção do discurso jornalístico, por consequência.

Algumas das conexões intrínsecas às pautas ambientais ainda não são abordadas. Cinco das reportagens mapeadas versam sobre o aumento de casos de doenças infecciosas cujo vírus é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* – dengue, zika, chikungunya e febre amarela – em relação a 2018. Apesar de contextualizarem que a proliferação do mosquito ocorre por conta das temperaturas mais elevadas e que as populações mais propensas ao contágio se localizam em áreas com acúmulo de materiais descartados, as reportagens não exploraram a correlação entre os surtos dessas doenças e os crescentes registros de recordes de calor em vários pontos do País como efeito das mudanças climáticas.

## 4.2 A continuidade e recorrência da pauta ambiental na programação

Em nosso levantamento das exibições de conteúdos sobre meio ambiente no *JN*, contabilizamos também as chamadas para o programa dominical *Fantástico*, exibidas na edição de sábado, que explicassem a abordagem de pauta ambiental prevista para a atração do dia seguinte. Também registramos os boletins de *JN* exibidos durante a programação geral da Rede Globo. Em ambos, a pauta mais recorrente foi o rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale no município de Brumadinho (Minas Gerais), ocorrido em 25 de janeiro de 2019 e causador de 270 mortes<sup>14</sup>, e seus desdobramentos. No caso dos 40 boletins – inserções durante a programação da emissora com informações urgentes ou atualizações sobre o

---

14 Número atualizado em 24 de janeiro de 2020, às vésperas de o crime completar um ano. Dez vítimas, no entanto, ainda não foram localizadas. Recuperado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-24/os-365-dias-da-incansavel-busca-na-lama-de-brumadinho.html>

acontecimento – registrados nos seis meses de edições mapeadas, todos se referiam ao acontecimento em Brumadinho, sendo exibidos entre 25 de janeiro e 1º de fevereiro de 2019, data na qual foram exibidas imagens inéditas do momento em que a barragem da Vale se rompe em pelo menos três horários diferentes. E, de acordo com as chamadas exibidas durante o *JN*, a tragédia foi assunto de duas das seis edições do *Fantástico* que apresentaram pautas ambientais como manchete.

Assim, frente a casos de impactos mais facilmente contabilizados, percebemos que o *JN* repercute e dá continuidade à pauta ambiental, destacando as consequências de desastres e passando a adotar, de pouco em pouco, um olhar que valoriza a necessidade de precaução. Trata-se de um quadro já distinto daquele apontado por Teixeira (2014), que isolava a cobertura ambiental a desastres naturais pontuais e a eventos oficiais, de duração determinada. No caso de desastres, também há uma evolução na abordagem. A narrativa de *JN* sobre o rompimento da barragem da Samarco, ocorrida em 2015, tema da pesquisa de Carvalho (2018), até pode ter surpreendido jornalistas e editores por se tratar de uma destruição de ecossistemas sem precedentes. No entanto, em 2019, era esperado que as equipes jornalísticas tivessem mais expertise para lidar com o tema.

Outra explicação possível para a ampliação do olhar da cobertura ambiental pode ser a demanda do público. É sabido que as reações da sociedade civil à exploração em nome da acumulação de capital, por exemplo, estão cada vez mais frequentes, e mais difíceis de serem ignoradas, como a própria cobertura de *JN* evidencia. Nisso, ajuda o fato de atos de desobediência civil ocorrerem em países do Norte global, o mundo considerado “desenvolvido”. Um exemplo são as greves pelo clima, movimentos popularizados a partir da proposta da jovem ativista sueca Greta Thunberg de não frequentar a escola nas sextas-feiras para protestar em frente ao Parlamento de seu país. Durante o período pesquisado, cinco inserções, sendo duas reportagens de correspondente internacional em Londres, repercutiram o tema em *JN*.

No contexto brasileiro, para além de desastres e tragédias, a cobertura ambiental transversalizou-se, principalmente, a partir da “revelação” de que atos oficiais do Poder Executivo têm implicações reais quase que instantâneas. Demarcação de terras indígenas a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; sucateamento de órgãos ambientais, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); suspensão de contratos do Ministério do Meio Ambiente com Organizações Não Governamentais; desmantelamento do Fundo Amazônia; liberação de novos agrotóxicos; relatórios que indicam a intensificação do desmatamento de florestas tropicais: 29 reportagens versaram sobre políticas instituídas que afetaram diretamente os esforços de conservação dos biomas brasileiros e ameaçaram os direitos das populações indígenas. Desta forma, entendemos que, confrontado com a realidade, *JN* optou por reportar as consequências das decisões políticas. Em pelo menos cinco ocasiões, por exemplo, passou a acolher o ponto de vista dos povos indígenas sobre as consequências da gestão Bolsonaro para a proteção da Floresta Amazônica.

## 5. Considerações finais

Em comparação com estudos anteriores, percebemos agora a transversalidade da pauta ambiental no *JN*, de maneira que a cobertura acompanha a percepção global de aumento dos riscos ambientais, o que confirma nossa hipótese. A mudança no regime de chuvas e a recorrência de outros eventos extremos, como secas e tempestades, já começam a ser explicadas pelas mudanças climáticas, por exemplo.

Vemos este movimento como positivo na medida em que abordar um assunto negligenciado pelos representantes do poder político e econômico renova compromisso do jornalismo para com o público – no caso do *JN*, brasileiras e brasileiros de todas as partes do País, cada vez mais vulneráveis aos efeitos da crise climática e da destruição dos biomas.

O assunto deixa de ser restrito a eventos agendados, como as conferências da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente, conforme constatação de estudos anteriores na área do jornalismo ambiental. Percebemos que as pautas ambientais entram no terreno das *hard news* quando passam a ser mais associadas às pautas políticas. Na análise ao longo de seis meses, podemos perceber que o desmonte das instituições tem impacto negativo direto sobre as populações mais negligenciadas pelas políticas públicas, como os povos indígenas da Amazônia. Percebemos que *JN* agenda tais temas após o início da nova gestão no Executivo e a repercussão pontual de mudanças estruturais. Porém, aos poucos, o noticiário passa a ligar os pontos, retomando e posicionando os acontecimentos em perspectiva local e global.

Assim, mesmo que ainda seja pega de surpresa por desastres ou atos de governantes e gestores, a cobertura ambiental no *JN* vem se aproximando das orientações do jornalismo ambiental, sobretudo na importância de conectar causas e consequências, problemas e soluções para além de editoriais específicas.

Neste artigo, propusemos um olhar panorâmico sobre a cobertura no período, o que limita detalhamentos sobre a particularidade de gêneros, temas e enfoques. Apontamos como possibilidade para estudos futuros um aprofundamento deste olhar por viés qualitativo a partir de temáticas selecionadas, além do prosseguimento da coleta de dados sobre as pautas ambientais em *JN* a fim de visualizar a evolução temporal.

## Referências

- Aguiar, S. (2013). Apresentação de meta-análise sobre a Pesquisa em Comunicação Ambiental no Brasil (1988-2012). *II Encontro Interdisciplinar de Educação Ambiental*. Aracaju.
- Bacchetta, V. (2000). El periodismo ambiental. Em V. Bacchetta, *Ciudadanía Planetaria* (pp. 18-21). Montevideo: IFEJ/FES.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (edição revista e ampliada ed.). São Paulo: Edições 70.
- Barros, A. T., & Sousa, J. P. (2008). Antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal: abordagens preliminares. *X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. São Luis: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado de <https://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0471-1.pdf>
- Belmonte, R. V. (2017). Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 6(2), pp. 110-125.
- Belmonte, R. V., Steigleder, D. G., & MOTTER, S. B. (2014). Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite. *XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Santa Cruz do Sul: SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.



Teixeira, T. G. (2014). *A cobertura sobre o Código Florestal no Jornal Nacional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

World Economic Forum. (s.d.). *The Global Risks Report 2020*. Genebra. Recuperado de  
[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Global\\_Risk\\_Report\\_2020.pdf?fbclid=IwAR3jLve8QjDtxVtVOza8F2VooZg7awsbn0A3ESixCxW1dkn1APPrloHSly8](http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf?fbclid=IwAR3jLve8QjDtxVtVOza8F2VooZg7awsbn0A3ESixCxW1dkn1APPrloHSly8)